

HISTÓRIA, MEMÓRIA E A NARRATIVA REPUBLICANA NA ARQUITETURA ESCOLAR EM BELÉM (1890-1910)

Rian de França¹; Aline de Souza²; Jéssica Vasconcelos³; Cinthia da Silva⁴

¹Graduando em Licenciatura em Pedagogia UFPA, rian.lourinho@gmail.com

²Doutoranda em Educação UFPA, aline.souza@neb.ufpa.br

³Doutoranda em Educação UFPA, jessica04102000@gmail.com

⁴Mestranda em Educação UFPA, cinthiamedeiros28@gmail.com

Introdução

Belém é uma cidade que abriga em seu complexo arquitetônico uma enorme diversidade de edifícios de variados períodos históricos pelos quais a cidade atravessou. Alguns destes são tombados como patrimônios culturais sob a lei 7.709, de 18 de maio de 1994, que dispõe sobre a preservação histórica, artística, ambiental e cultural do município de Belém. Entre estes prédios, estão a escola Barão do Rio Branco, o colégio Gentil Bittencourt e a escola Paes de Carvalho, vistos como exemplos de construções escolares que remontam ao final do século XIX e início do XX, período que, segundo Bandeira; Neto e Damasceno (2023), período esse, que se deu o auge da economia gomífera e as transformações urbanas na cidade, transformações orientadas por um projeto político de reinvenção da história e da memória do país.

Esses edifícios são notadamente marcantes e preservam diversas características originais em seu conjunto arquitetônico que os definem como pertencentes à chamada “Belle Époque”, momento esse que combina diversas situações locais, nacionais e internacionais únicas que influenciaram o desenvolvimento da cidade. Segundo Soares (2008); Ermel (2017); Santos (2023) esses prédios conservam em si elementos arquitetônicos que refletem os seus períodos de construção, mas não se resumem à sua estrutura física, eles são portadores de intenções. Além disso, por se tratarem são locais de memória e identidade para a população local, carregam significado e sentido imaterial atrelado a cidade (Menezes, 1992); (Delgado, 2006); (Rostoldo, 2021).

Desta forma, o problema em que se baseia este trabalho se expressa na pergunta: como o discurso republicano influenciou a arquitetura escolar em Belém? Essa problemática se justifica em razão da necessidade de preservação desses mesmos edifícios, tanto por seu valor histórico, memorial, turístico e como fonte para pesquisas científicas. Para além disso, objetivamos compreender como as ideias republicanas foram aplicadas na arquitetura escolar e a sua relação com a memória.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos realizamos um levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses que tratam da arquitetura escolar e sua representação simbólica como uma extensão de políticas e ideias Soares (2008); Ermel (2018); Santos (2023.) Além de partimos das pesquisas de Menezes (1992); Delgado (2006); Rostoldo (2021), para embasar a memória como ressignificação de acontecimentos e locais e os textos de Bandeira; Neto; Damasceno (2023); Neto; Everton; Macieira (2023) em razão do recorte regional da cidade.

História, memória e arquitetura escolar.

Barros (2006) entende que os espaços, materiais ou não, onde se desenvolvem as relações humanas, são de grande relevância para o estudo da história, pois estes espaços são fatores que influenciam os fatos. Concordamos que pesquisar a história envolve espaços, espaços materiais e imateriais, como a memória e narrativas, que são de suma importância para compreender como se deram os acontecimentos envolvendo os sujeitos e suas ações. Sujeitos esses que carregavam consigo uma visão de história, que portavam memórias as quais lhes orientavam e eram produtores de narrativas presentes em seus determinados momentos históricos, sejam quais forem, isto pois

memória e história são processos sociais, são construções dos homens, que tem como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade. Dessa maneira, a memória como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e as mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo (Rostoldo, 2021, p. 154).

A memória, segundo Menezes (1992); Delgado (2009); e Rostoldo (2021) não se limita ao passado e a guardar informações, mas se trata de um movimento fluido de ressignificação, reconstrução das experiências sociais em função das demandas dos indivíduos ou grupos aos quais estão ligadas.

Memória, narrativas e seus contextos são processos eminentemente relacionais, mas também se manifestam por meio da materialidade, mediante objetos, símbolos e locais. Soares (2008); Ermel (2018); Santos (2023) defendem que os espaços arquitetônicos das escolas são produtos de uma convergência de elementos de ordem primária por sua estrutura, e também de segunda ordem, a saber: política e ideológica, além de serem portadores de significados ligados aos grupos que os ergueram. Portanto, a arquitetura escolar se apresenta não somente como um bem material, mas como um local de memória, narrativa e história que contribui para a identidade cultural da cidade e que necessita ser preservado.

Arquitetura escolar e a narrativa republicana em Belém

A passagem do século XIX para o XX foi um período de grande ruptura no país, a queda da monarquia, as ideias positivistas e o cenário econômico favorável formaram o quadro ideal para as transformações sociais, políticas e arquitetônicas. A deposição da monarquia e a reorganização do estado brasileiro numa república foram anunciadas como o fim de uma era de estagnação econômica e social pelos líderes republicanos. Estes apregoavam que a mudança era o melhor para a população, de modo a garantir legitimidade em sua ação, que efetivamente contava com apoio de setores pequenos, mas influentes, do país (Neto; Everton; Macieira, 2023).

A ideia de progresso e modernidade foi o pilar que alimentou os movimentos de reforma nacionais, mas também os estaduais. O estado do Pará e sua capital, Belém, não foram diferentes; os primeiros anos da administração do intendente Antônio Lemos foram marcados pelo início de diversas obras públicas de reforma, urbanização e embelezamento (Soares, 2008). As reformas visavam materializar a noção de modernidade na cidade, construir uma “Paris” em meio à floresta tropical, por essa razão “a organização dos primeiros edifícios para os grupos

escolares no Brasil esteve diretamente vinculada aos problemas de saúde pública e a reorganização dos espaços urbanos” (Ermel, 2018, p.167).

O discurso a respeito da instrução como o remédio que curaria os males da sociedade adquiriu força entre a elite da cidade que enxergava a população marginalizada como suja e viciosa, um perigo à ordem social. (Neto; Everton; Macieira, 2023). Portanto, dever-se-ia reformar o sistema de instrução para, através deste, “civilizar” essas pessoas, de forma que as tornasse úteis ao estado por meio do trabalho.

Surgem então o modelo dos grupos escolares

resultado de uma reunião ou agrupamento de escolas existentes em uma determinada zona da cidade (aulas isoladas), o termo “escola” deixa de ser usado apenas para designar um grupo de alunos e passa a referir-se a um espaço especializado, com características apropriadas à sua função de ensino-aprendizagem urbanos (Ermel, 2018, p.87).

O espaço especializado é o prédio escolar, os professores não são mais os mestres únicos, mas um grupo de profissionais, os alunos divididos em classes seriadas, os materiais pedagógicos são fornecidos pela escola e se tem um código de comportamento interno rígido, esse era o arranjo instrucional ideal de acordo com as prescrições modernas (Santos, 2023). Esse modelo de escola foi o escolhido pelos governantes por diversas razões, incluindo política, regulação social e manutenção do governo. Vale ressaltar que essa alteração foi gradual. Grupos escolares que alcançaram essas especificações, em especial o espaço físico, foram poucos, mas o seu modo de organizar os professores, os alunos, os tempos e os espaços, estes sim acabaram popularizados.

A arquitetura dos prédios foi reinventada para atender às necessidades desta narrativa, pois não se tratava de uma simples escola, mas de um verdadeiro monumento exaltando o poder público (Bandeira; Neto; Damasceno, 2023). A estrutura interna dos edifícios escolares contava com salas amplas para receber uma grande quantidade de alunos, espaços diversos para aulas de conteúdo, ofícios, educação física, civilismo e higiene. Todo o aparato estrutural foi projetado para ser confortável, mas limitante, de modo que os alunos não desviassem seus comportamentos de um padrão estabelecido pela escola e professores (Santos, 2023). Padrões de comportamento eram a base ideológica do sistema de instrução paraense, tratava-se de garantir a formação de cidadãos limpos, disciplinados, ordenados, leais à República e dispostos a trabalhar pelo futuro do país.

A estrutura externa é talvez um dos elementos que mais chama atenção sobre estes prédios, a começar pelo seu tamanho. As proporções eram demasiadamente grandes, garantindo espaço amplo em qualquer direção, os desenhos nas fachadas seguiam padrões de linhas complexos e harmônicos, as cores eram primárias contrastando com um branco das linhas em alto relevo, além de diversas possíveis estruturas não essenciais como colunas, pilares e marquises em estilos diversos (Bandeira; Neto; Damasceno, 2023). Essas escolas se erguiam imponentes e belas, constituíam-se como uma instituição separada do resto da cidade, uma propaganda para as ações do governo e serviam como um símbolo do progresso econômico e social. Essas características arquitetônicas únicas em seu conjunto e forma conferiram a esses prédios a denominação popular de “templos do saber”(Ermel, 2018); (Santos, 2023); (Bandeira; Neto; Damasceno, 2023).

Conclusão

O conjunto arquitetônico dos prédios escolares construídos no período áureo da economia da borracha em Belém é um patrimônio tombado pelo município. As razões que protegem estes dizem respeito à sua múltipla importância histórica, memorial e identitária que estão impregnadas em sua estrutura física. O estudo de seus elementos revela como a narrativa republicana foi aplicada na instrução das classes populares na cidade de Belém. Os grupos escolares foram projetados no contexto de reforma, considerando recriar a imagem da Europa na cidade, baseando-se na ideia de modernização e limpeza social.

O espaço escolar foi organizado buscando atender às novas exigências pedagógicas e políticas para a formação dos alunos, com prédios grandes, mas práticos e com uma estrutura interna bem definida para cada atividade, a fim de moldar os alunos numa atitude moral e passiva, fachadas externas decoradas com tendências artísticas europeias para invocar a imagem de progresso e limpeza, além de servirem como peça de propaganda e uma prova de superioridade política.

A arquitetura escolar da cidade de Belém, portanto, é um patrimônio cultural material por excelência, que faz parte da identidade arquitetônica da cidade, mas também é local de memória e significado social, produto de intencionalidade, valor e crenças de seu momento histórico que é ressignificado no tempo presente em função dos sujeitos que os encaram, mas também de questionamentos. Questionamentos que só podem vingar com a permanência e preservação destes prédios, sob a lei, sob a valorização e cuidado pela sociedade e sob pesquisas científicas acerca de sua estrutura e seu sentido como portador de subjetividade.

Palavras Chaves: Grupos escolares; História da educação; Primeira República

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/ Dez. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/revista.oa?id=3844&numero=34818&tipo=coleccion> Acesso em: 10 jan. 2026.

BANDEIRA, Rayane; Grupos escolares no contexto das obras de urbanização de Antônio Lemos. In: DAMASCENO, A. *et al.*, (org.). **Arquitetura escolar e controle social: os templos do saber na Belém do entresséculos**. 2023, p. 12-39. Disponível em:

<https://www.lapem.ufpa.br/index.php/eventos/17-ultimas-noticias/226-e-book-arquitetura-escolar-e-controle-social-os-templos-do-saber-na-belem-do-entresseculos>

Acesso em: 10 jan. 2026.

BELÉM. Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em:

http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf Acesso em: 10 jan. 2026.

Delgado, Lucilia Neves de Almeida. História oral e narrativa: Tempo, memória e identidades. **História oral**, n. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em:

https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7337/2/TES_TATIANE_DE_FREITAS_ERMEL_COMPLETO.pdf Acesso em: 07/09/2025

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9–23, 1992. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NETO, Raul Ventura. Higienismo, reformas urbanas e espaços escolares na belém da primeira república (1891 - 1909). In: DAMASCENO, A. *et al.*, (org.). **Arquitetura escolar e controle social: os templos do saber na Belém do entresséculos**. 2023, p. 42-53. Disponível em:

<https://www.lapem.ufpa.br/index.php/eventos/17-ultimas-noticias/226-e-book-arquitetura-escolar-e-controle-social-os-templos-do-saber-na-belem-do-entresseculos> Acesso em: 10 jan. 2026.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 152-168, 2021. Disponível em:

<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/archive> Acesso em: 10 jan. 2026.

Santos, Adrian de S. A arquitetura escolar na Primeira República em Belém-PA: Estudo sobre o projeto do Instituto Lauro Sodré (1893-1904). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Belém, 2023. Disponível em:

<https://ppeb.propesp.ufpa.br/index.php/br/academico/disciplinas/12-teses-e-dissertacoes/dissertacoes> Acesso em: 10 jan. 2026.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Disponível em:

<https://www.pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/141-2008> Acesso em: 10 jan. 2026.